

TCU alerta: dívida pode tornar-se incontornável

BRASÍLIA
AGÊNCIA ESTADO

O presidente do Tribunal de Contas da União, ministro Mário Pacini, advertiu ontem, em pronunciamento durante o julgamento das contas de 1983 do governo, que a dívida externa dos países subdesenvolvidos e em desenvolvimento poderá atingir níveis incontornáveis, em decorrência dos pesados encargos financeiros unilateralmente impostos pelos credores. Pacini asseverou que a problemática que se configura não é apenas a situação de um país em relação aos seus credores, mas de uma parte do mundo em relação à outra parte, esta representada pelo sistema financeiro internacional.

Em seu pronunciamento, o presidente do TCU transcreveu editorial de *O Estado de S. Paulo*, de 10 de maio, que afirma:

“O protecionismo do Congresso norte-americano é consequência do sistema de lobby, mas, quando nós, brasileiros, tentamos convencer os membros do Capitólio de que não podemos aceitar o sistema de negociação de nossa dívida externa, falamos a ouvidos surdos. Nos Estados Unidos, os bancos são privados e não dependem do governo, que pode, à vontade, impor sua política. Até o Banco Central é totalmente independente, tanto do governo como do Congresso. Os representantes do povo norte-americano não estão dispostos a ajudar os bancos a ajudarmos e não pretendem transferir para os contribuintes norte-americanos o ônus dos erros que possam cometer os banqueiros de Wall Street”.

Para o ministro, a cobrança de sobretaxas e de juros elevados é mais do que um ato meramente artificial, ilusório. É o desconhecimento da realidade, da parte daqueles credores que deveriam ter interesse maior em preservar as mínimas condições a fim de que seus clientes obtivessem os suficientes meios para honrar seus compromissos.

Afirma, também, o ministro Pacini que a situação com que se defronta a economia mundial está a exigir não soluções paliativas ou emergenciais, que, até agora, postergaram o conhecimento da realidade.

Ainda em seu pronunciamento, o presidente do TCU lembrou o discurso do presidente João Figueiredo na ONU, no qual ele alerta para a crise financeira entre os países do Terceiro Mundo.

CONTAS APROVADAS

O ministro Fernando Gonçalves, na qualidade de relator das contas do governo de 1983, criticou a dívida externa da Polônia com o Brasil, afirmando que um país com uma dívida externa de US\$ 91,3 bilhões não se pode dar ao luxo de financiar a insolvência de outros países. Em seu relatório-voto de 300 páginas, o ministro critica a forma pela qual as autoridades governamentais vêm negociando a dívida externa, pois, ao invés de solucionar o problema, simplesmente adiam a grave crise econômica do Brasil. As contas do governo de 1983 foram apreciadas ontem pelo Tribunal de Contas da União e aprovadas. Agora, o parecer emitido pelo Tribunal será encaminhado ao Congresso Nacional, que fará o julgamento final.

Em todos os votos apresentados, ontem, no plenário do TCU, os temas abordados giraram em torno do Fundo Monetário Internacional, da dívida externa brasileira e dos países do Terceiro Mundo, e do desemprego que se agrava dia-a-dia. No relatório, o ministro Fernando Gonçalves afirma que o empréstimo jumbo de US\$ 6,5 bilhões, fechado à custa de penosa negociação, apenas adiará a solução da dívida externa brasileira, pois destinou-se a liquidar nossos débitos atrasados e permitiu ao País pagar juros da dívida em 1984.

A relação serviço da dívida, exportações — continuou Gonçalves — atingiu 90,4% demonstrando a pouca eficácia da política externa do País.